

1. DEFINIÇÃO DE VALORES, MORAL, ETICIDADE E ÉTICA*

*Claudio Cohen
Marco Segre*

INTRODUÇÃO

Propomos, no presente trabalho, uma revisão dos conceitos de valores, moral e ética, apenas aparentemente cristalinos para cada um de nós.

Consideramos que esses termos são freqüentemente utilizados, carecendo de maior precisão quanto ao seu significado.

Uma pessoa não nasce ética; sua estruturação ética vai ocorrendo juntamente com o seu desenvolvimento. De outra forma, a humanização traz a ética no seu bojo.

Muitos crêm que a eticidade, ou condição de vir a ser ético, signifique apenas a competência para ouvir-se o que “o coração diz”. Acreditamos que essa seja apenas uma característica de sensibilidade emocional, reservando-se o “ser ético” para os que tiverem a capacidade de percepção dos conflitos entre “o que o coração diz e o que a cabeça pensa”, podendo-se percorrer o caminho entre a emoção e a razão posicionando-se na parte desse percurso que se considere mais adequada.

Podemos avaliar esse conflito a partir da ótica proposta por Claude Lévi-Strauss, que alega ser o homem um ser biológico (isto é, produto da

* Artigo publicado na Revista *Bioética*, 2 (1): 19-24, 1994.

natureza) e ao mesmo tempo um ser social (isto é, produto da cultura), resultando portanto um ser ambíguo, produto da natureza e da cultura. Portanto, ele está sujeito às leis naturais e culturais, que muitas vezes são conflitantes, como por exemplo no caso dos desejos incestuosos (natural) e da sua proibição (cultural).

Para exemplificar essa passagem do ser biológico para o psicossocial podemos observar a instituição familiar. O ser humano não nasce com o conceito de família, pois este implica num modelo de significação e organização desse parentesco não obrigatoriamente natural, tendo portanto característica cultural (ainda que esteja apoiado no modelo biológico, como ocorre quando o pai biológico é também o “pai social”). Sabemos que a descoberta da paternidade, estruturante no nosso modelo atual de família, é um dado que se funda na observação, pois a descoberta da relação entre sexo e procriação não é um dado imediato da consciência.

Da mesma maneira que não se nasce com a consciência do significado de família, o mesmo ocorre com os conceitos de valores, de moral e de ética, sendo eles introjetados a partir da experiência de vida.

Muitas vezes, pela sua proximidade, esses conceitos são confundidos, outras vezes eles se fundem. Tentaremos mostrar, aqui, como na realidade eles são distintos, trazendo à tona algumas de suas diferenças, citando exemplos que nos pareçam demonstrativos.

1) O conceito capitalista de que tempo é dinheiro reduz a vida a um valor, podendo-se chegar à noção de quanto custa uma vida, o que pode ser de enorme interesse para a medicina securitária, carecendo entretanto frequentemente de um enfoque ético.

2) O movimento *hippie*, que tinha como lema “paz e amor”, aproximou-se de uma Ética universal. Esse movimento foi porém inviável na vida prática: muitos de seus membros seriam presos durante a guerra dos EUA com o Vietnã por se terem negado a participar dos combates, passando a ser considerados como desrespeitadores da moral americana daquele momento; eles foram, entretanto, coerentes com os próprios princípios.

Quem sabe, no mito de Robin Hood, possamos observar um modelo dessa coerência, mas não de moral, sendo ele porém bastante aceito socialmente, “pois o herói roubava dos ricos para dar aos pobres”.

3) Um monge franciscano faz voto de pobreza e dedica toda sua vida ao próximo. Socorre seus semelhantes com abnegação e realiza um grande número de conversões ao cristianismo. Existe crença nessa postura (servir a Deus e ao próximo), embora a situação de obediência e servidão contrarie o que denominamos autonomia. O caráter ético desse posicionamento é

questionável, conforme se verá mais adiante, podendo-se pelo menos insinuar a situação de uma renúncia “autônoma” à autonomia.

4) O pastor Jimmy Sweggert, que pregava aos seus fiéis os princípios da moral cristã, foi encontrado em um motel com uma prostituta: para esta pessoa podemos dizer ter ela sido extremamente moralista, mas nada coerente com os seus alegados princípios.

VALOR

Etimologicamente, valor provém do latim *valere*, ou seja, que tem valor, custo. As palavras desvalorização, inválido, valente ou válido têm a mesma origem.

O conceito de valor freqüentemente está vinculado à noção de preferência ou de seleção. Não devemos porém considerar que alguma coisa tem valor apenas porque foi escolhida ou é preferível, podendo ela ter sido escolhida ou preferida por algum motivo específico.

Rokeach (1973) define valor como uma crença duradoura em um modelo específico de conduta ou estado de existência, que é pessoalmente ou socialmente adotado, e que está embasado em uma conduta preexistente. Os valores podem expressar os sentimentos e o propósito de nossas vidas, tornando-se muitas vezes a base de nossas lutas e de nossos compromissos. Para esse autor, a cultura, a sociedade e a personalidade antecedem aos nossos valores e às nossas atitudes, sendo nosso comportamento a sua maior consequência.

Como exemplos de valores culturais, cite-se o fato de ser o dinheiro, para os americanos, o maior valor, que tem seu equivalente na cultura, para os europeus, e na honra para os orientais. Como exemplos de valores individuais, refiram-se a escolha profissional, a opção pela autonomia ou pelo paternalismo e, como exemplo de valores universais, registrem-se a religião, o crime e a proibição do incesto etc.

MORAL

Para Barton & Barton (1984) o estudo da filosofia moral consiste em questionar-se o que é correto ou incorreto, o que é uma virtude ou uma maldade nas condutas humanas. A moralidade é um sistema de valores, do qual resultam normas que são consideradas corretas por uma determinada sociedade, como por exemplo os Dez Mandamentos, os Códigos Civil e Penal etc.

A lei moral ou os seus códigos caracterizam-se por serem uma ou mais normas, que usualmente têm por finalidade ordenar um conjunto de direitos ou deveres do indivíduo e da sociedade. Para que eles sejam exequíveis, porém, torna-se necessário que uma autoridade (Deus, Juiz, Superego) as imponha, sendo que, em caso de sua desobediência, essa autoridade terá o direito de castigar o infrator.

Gert (1970) propõe cinco normas básicas de moral:

- 1) não matar;
- 2) não causar dor;
- 3) não inabilitar;
- 4) não privar da liberdade ou de oportunidades;
- 5) não privar do prazer.

Assim como ocorre com todos os códigos de moral, as proibições vêm sempre precedidas de um “não”, ficando implícito que todos possuem esses desejos, e que eles devem ser reprimidos, caso contrário haverá castigo.

Novamente, tentando relacionar o conceito de moral com um conceito psicanalítico, poderíamos compará-la com o Superego.

Para Laplanche & Pontalis (1968) o Superego é uma das instâncias da personalidade, e tem uma função comparável à de um Juiz ou censor em relação ao Ego. O Superego é o herdeiro do complexo de Édipo, sendo que ele se forma através da introjeção das exigências e das proibições paternas. Freud fez questão de salientar que o Superego é composto essencialmente pelas representações de palavras, sendo que os seus conteúdos provêm das percepções auditivas, das normas, das ordens e das leituras, ou seja, do mundo externo ao indivíduo.

A moral pressupõe três características: 1) seus valores não são questionados; 2) eles são impostos; 3) a desobediência às regras pressupõe um castigo.

Numa abordagem psicanalítica, podemos afirmar, hierarquizando as pulsões, que a religião é a pulsão que mais se afasta do desejo humano de liberdade “ao perturbar o livre jogo de eleição e adaptação, ao impor a todos um igual caminho único para alcançar a felicidade e evitar o sofrimento, reduzindo a vida a um único valor – Deus –, deformando intencionalmente a imagem do mundo real e estimulando o mundo de fantasias catastróficas, medidas que têm como condição prévia a intimidação da inteligência e levando a que só reste o sofrimento, a submissão incondicional como último consolo e fonte de gozo” (Freud *apud* Crombers, 1993). Portanto, a Ética que desejamos conceituar não pode ser religiosa, ou moralista, se a quisermos autônoma.

Igualmente, a ciência é muitas vezes usada para justificar um posicionamento moralista, atribuindo-se-lhe um valor inquestionável. Tome-se como exemplo a “certeza científica” de que o início da vida ocorre no instante da união do gameta masculino com o feminino, *racionalizando-se uma crença*, quando, na verdade, a ciência demonstra que nesse momento apenas “misturam-se os DNAs” (lembre-se de que o cristianismo já considerou o início da vida – animação do embrião – 40 dias após a fecundação, para o homem, e 80 dias, para a mulher).

ÉTICA

Para Barton & Barton (1984) a Ética está representada por um conjunto de normas que regulamentam o comportamento de um grupo particular de pessoas, como, por exemplo, advogados, médicos, psicólogos, psicanalistas etc. Pois é comum que esses grupos tenham o seu próprio código de ética, normatizando suas ações específicas.

Nesta interpretação da Ética, ela não se diferencia em nada da moral, com a diferença de que a Ética serviria de norma para um grupo determinado de pessoas, enquanto a moral seria mais geral, representando a cultura de uma nação, religião ou época. Não nos associamos a esse enfoque.

Nossa compreensão de Ética é a seguinte:

Conforme já dissemos, a eticidade está na percepção dos conflitos da vida psíquica (emoção x razão) e na condição, que podemos adquirir, de nos posicionarmos, de forma coerente, face a esses conflitos. Consideramos, portanto, que a ética se fundamenta em três pré-requisitos: 1. percepção dos conflitos (consciência); 2. autonomia (condição de posicionar-se entre a emoção e a razão, sendo que essa escolha de posição é ativa e autônoma); 3. coerência.

Assim, fica caracterizado o nosso conceito de ética, reservando-se o termo eticidade para a aptidão de exercer a função ética.

Kant estabeleceu como pressuposto de sua “moral” a condição de livre escolha, fundamentando essa escolha na razão. Mas a razão também é um pressuposto, passível de avaliação de “fora”. O que é razoável (ou racional) para uns pode não o ser para outros. Entendemos que nossa conceituação de ética, que não se atém apenas à racionalidade, é mais dinâmica e abrangente do que a kantiana.

Admitimos entretanto que, mesmo pretendendo pluralizar ao máximo o conceito de ética, distinguindo-o do de moral, não há como estabelecê-lo sem amarrá-lo a alguns valores preestabelecidos.

Fica então claro que o nosso conceito de Ética está vinculado 1º) à percepção dos conflitos; 2º) à autonomia; e 3º) à coerência. Torna-se evidente, por exemplo, que, para nós, a postura religiosa não é autônoma, pois ela não se embasa nesses pré-requisitos, sendo na prática equivalente a um posicionamento moralista.

Temos entretanto que, coerentemente com o enfoque dado, mais acima, à moral e à religião, mas, em função do pluralismo necessário para a aceitação de toda crença que não seja a nossa, consideraremos autônomo também aquele que aparentemente opta pela obediência a determinadas regras, não lhe negando (a esse indivíduo) a condição de eticidade (situação do 3º exemplo).

A percepção do conflito psíquico, entretanto, e a coerência são para nós as características fundamentais da ética.

Essa “tolerância” à frustração, que Klein (1976) recomenda para a estruturação do “ego”, estimulando cada pessoa a procurar os próprios caminhos para o seu crescimento, não contra-indica, logicamente, que, ao tratar-se do “agir humano”, não se procure o estabelecimento de regras que estejam, tanto quanto possível, próximas do sentir e do pensar da média de uma comunidade.

Com isso, fica claro que, para nós, a Ética Social, cuja conotação, aí sim, passa a superpor-se à de Moral, é resultado da interação dos subjetivismos individuais, buscando um ajuste com a realidade necessária, que é o convívio social.

É certo, porém, que quanto mais evoluída for a sociedade menos esta se preocupará com a ética social, permitindo que cada indivíduo possa agir de acordo com sua ética pessoal.

Se a eticidade é inicialmente uma condição individual, embora se ajustando e interagindo com a realidade social, é evidente que a Ética Profissional, válida para categorias de pessoas que exercem a mesma profissão, é tão-somente um resultado da integração de todos os fatores que tentamos analisar.

Dizemos ainda que, para que alguém possa elaborar conceitos éticos referentes a determinada profissão, há o requisito de eticidade anterior, antecedendo portanto a ética, a toda profissão.

A enorme diferença entre ética e moral, para nós, é: enquanto para que a moral funcione ela deve ser imposta, para que a ética seja atuante, deve ser apreendida pelo indivíduo, vir de seu interior. A moral é imposta, a ética é percebida.

Julgamos que um indivíduo possa ser considerado ético quando possua uma personalidade bem integrada, ou seja, quando tenha maturidade emocional que lhe permita lidar com as emoções conflitantes, uma força

de caráter, um equilíbrio de vida interior e um bom grau de adaptação à realidade do mundo.

A maturidade emocional, segundo Klein (1976), seria a capacidade do indivíduo de poder transformar, através de alguma elaboração, os desejos e as fantasias infantis em fontes de interesse e de enriquecimento da personalidade. A maturidade emocional também está vinculada à capacidade de suportar as frustrações, pois somente quando aprendemos a suportar a dor emocional é que podemos nos desenvolver. Um exemplo do exercício dessa função é o de aprendermos a tolerar a frustração de não sermos onipotentes, isto é, passarmos a aceitar as nossas limitações.

É certo que esse processo de integração humana, tão difícil e complexo, nunca é completo, havendo sempre a possibilidade de evolução. Quanto maior for essa integração, haverá, por parte do indivíduo, melhor apreensão e compreensão da ética.

Sob o enfoque psicanalítico, seria o *Ego* ou o *Self* que poderia cumprir essa função, pois é essa instância psíquica que pode lidar com as pulsões vindas do *Id* e as ordens do *Superego*. Para Laplanche & Pontalis (1968) o *Ego*, sob o ponto de vista tópico, encontra-se em relação de dependência tanto quanto às reivindicações do *Id*, como quanto aos imperativos do *Superego* e às exigências da realidade, sendo que no indivíduo maduro ele deve funcionar como mediador e unificador dessas forças de interesses diferentes.

VALORES, MORAL, ÉTICA E CÓDIGOS

Dessa forma, podemos pensar em moral e ética como funções mentais diferentes: a moral é uma função do *Superego* e a ética é uma função do *Ego* ou *Self*.

Relacionamos esses conceitos filosóficos de eticidade, ética e moral com a teoria psicanalítica: sendo, todos eles, inerentes à mente humana, consideramos que a abordagem psicanalítica dinamize e complemente o enfoque filosófico tradicional.

Por esses motivos, consideramos os problemas éticos como conflitos que devem ser vivenciados pessoalmente, dependendo da estrutura do indivíduo, arrastando consigo conceitos e ideais sociais introjetados e elaborados ao longo da vida.

Essa proposta de nossa visão da ética é, apenas aparentemente, muito simples de implementar-se, pois poderíamos pensar que se um indivíduo tem um conflito ético ele próprio pode resolvê-lo, tornando-se desnecessárias instituições como, por exemplo, o Conselho Federal de Psicologia, de

Medicina, de Farmácia, a Ordem dos Advogados ou a Sociedade de Psicanálise. Entretanto, essas entidades existem e criam seus códigos de ética, inegavelmente necessários para a imposição de normas a serem respeitadas por todos os profissionais.

É claro que somos favoráveis à elaboração desses códigos de ética, mas estamos certos de que a simples criação desses códigos não torna as instituições éticas, pois esses códigos mostram os valores que a cultura de uma determinada sociedade considera necessários para que seu membro possa interagir e trabalhar. Frequentemente, as pessoas encarregadas da elaboração dos códigos são extremamente moralistas, sendo que os códigos passam a ser utilizados apenas para o exercício do poder institucional. Por outro lado, não é a punição normalmente prevista para os infratores desses códigos que modificará o indivíduo e o transformará em um ser ético: provavelmente ele não voltará a infringir o código por temor, não se tratando da experiência de um aprendizado ético. A nosso ver, o que mais se aproxima de um código de ética é a Declaração Internacional dos Direitos Humanos.

Entendemos que um indivíduo será ético quando puder compreender e interpretar o código de ética, além de atuar de acordo com os princípios por ele propostos. Caberá, entretanto, também ao indivíduo, a possibilidade de discordar do posicionamento ético, devendo responsabilizar-se frente ao Conselho, justificando uma atuação diferente da proposta pelo código.

É justamente esse tipo de exercício que propiciará modificações dos códigos, não obstaculizando a evolução da sociedade.

Portanto, para ser ético não basta ter-se o conhecimento do código de ética, pois a pessoa poderá atuar apenas de modo moralista; são necessários a assimilação e o amadurecimento de certos conceitos do que é ser um “ser humano” para que a pessoa evolua e se humanize.

Somente os indivíduos que elaboraram a proibição da atuação dos desejos edípicos, ou seja, aqueles que introjetaram o “não” como ordenador mental (afetivo-cognitivo), podem estruturar o seu superego e desenvolver o seu ego. Por esse motivo, o seu ego, agora mais desenvolvido (maior autonomia), poderá obter satisfações mais eficientes para as suas necessidades, como também ter uma noção mais realista de suas fronteiras (noção de limites).

Gaylin (Barton & Barton, 1984) avalia que o interesse na ética se desenvolve quando não estamos seguros de qual a direção correta a ser seguida. Por esse motivo, quando os valores estão em conflito, existe necessidade de esclarecimento dos enfoques opostos, pois pode existir mais de uma única resposta adequada para a mesma situação.

Como exemplo, poderíamos analisar a questão da operação para a mudança de sexo de um transexual.

Algumas pessoas valorizam o pênis como a questão central da sexualidade, outras valorizam a representação mental que o indivíduo tem sobre a sua sexualidade, e outras ainda podem enfatizar a questão da autonomia do ser humano, sobrevivendo então enormes conflitos éticos quanto à atuação do médico no que tange ao tratamento cirúrgico desses indivíduos. Na primeira hipótese, a presença de um pênis caracteriza indelevelmente a sexualidade masculina, excluindo-se todo tipo de intervenção (conduta paternalista). Nas outras duas hipóteses, já se levando em conta o subjetivismo do paciente, a cirurgia seria, respectivamente, indicada ou aceita.

Esse tipo de problema, trazido para a abordagem ética, mostrando-nos um leque enorme de respostas, vem corroborar as diferenças, já mencionadas, entre moral e ética, pois a moral apenas indica como deveríamos agir, apresentando-nos uma direção aprioristicamente tomada.

Sob outro ângulo, podemos avaliar a situação de termos uma norma moral muito arraigada, como por exemplo a de “não matar”. Pode sobrevir um conflito ético quando estivermos frente a um indivíduo com morte cerebral, trazendo dúvidas quanto à nossa atuação, desligando, ou não, os equipamentos que o estão assistindo. Conflito semelhante pode surgir frente às questões de eutanásia ou de suicídio.

Por outro lado, quando nos deixamos levar por nossas pulsões, também surgem problemas éticos, como, por exemplo, quando nos sentimos atraídos sexualmente por uma paciente e sentimos necessidade de atuar esse desejo. Qual será a atitude ética correta, a de reprimir esses desejos e prosseguir o tratamento, reprimir esse desejo e encaminhar a paciente para um colega, ou, então, atuar esse desejo? Essa questão não se resume exclusivamente ao desejo sexual, ela também ocorre quando sentimos medo de um paciente, ou quando não nos sentimos confortáveis para tratar alguém, ou, ainda, quando temos raiva de uma pessoa a quem estamos prestando assistência.

Face a todas as reflexões supra, que são muito poucas diante da complexa problemática da eticidade, cremos que o princípio fundamental da ética deva passar basicamente pelo respeito ao ser humano, como sujeito atuante e autônomo.

Por essa razão, os códigos de ética das diferentes categorias de profissionais de saúde – médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, fisioterapeutas, odontólogos etc. – fincam-se, todos eles, nas mesmas bases conceituais. Condições como a de respeito à privacidade, à livre escolha do profissional por parte do paciente, do consentimento informado, permeiam

todos esses estatutos legais. Eles devem ajustar-se, continuamente, às situações novas que a evolução científica e tecnológica nos apresenta, como ocorre com a engenharia genética, a reprodução assistida, os transplantes de órgãos e a manutenção artificial de certas funções vitais.

Os códigos de ética representam a consolidação dos princípios éticos assumidos por uma sociedade. Considerando, entretanto, que os princípios são mutáveis, temos que os códigos são habitualmente retrógrados com relação ao “pensar ético”, recomendando-se conseqüentemente sua análise crítica e revisão periódica.

Esses aspectos, pragmáticos e extremamente importantes da aplicação da ética, não cabem neste breve discurso, podendo vir a ser objeto de outro trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTON W, G. & BARTON, G. M. *Ethics and Law in Mental Health Administration*. New York, International Universities, 1984.
- COHEN, C. “O Ser Biopsicossocial”. In: FORTES JR., Albuquerque. *Psiquiatria e Medicina Interna*. São Paulo, Asturias, 1988, pp. 145-150.
- _____. *O Incesto um Desejo*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1993.
- _____. “Por que a Ética é um Problema?” In: *Jornada Oscar Freire*, FMUSP, 1993.
- CROMBERG, R. U. “A Ética como Intervenção Singular da Vida”. In: *Revista de Psicanálise Percursos*, 1993: (11) 60-6.
- GERT, C. *The Moral Rules: A New Rational Foundation for Morality*. New York, Harper and Row, 1970.
- KLEIN, M. “Sobre la Salud Mental”. In: KLEIN, M. *Obras Completas*. Buenos Aires, Paidós, 1976, pp. 283-290.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. R. *Dicionário de Psicoanálisis*. Buenos Aires, Labor, 1968.
- ROKEACH, M. *The Nature of Human Values*. New York, Free Press, 1973.
- SEGRE, M. “Ética”. *Revista de Medicina* 70 (1-2): 8-12, São Paulo, CAOC, 1991.